

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

24 a 28 de junho de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Transportes](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Assespro Nacional

A Federação Assespro, em parceria com a ABES, a Fenainfo e a Fecomercio/SP, promoveu o evento “Desafios da Cibersegurança no Brasil”. O evento, realizado no Senado Federal, reuniu especialistas para discutir os impactos da cibersegurança nos setores público e privado. Durante o encontro, conduzido pelos senadores **Esperidião Amin (PP/SC)**, **Izalci Lucas (PL/DF)** e **Sérgio Moro (UNIÃO/PR)**, foram realizados três painéis, que abordaram os desafios regulatórios, a condição atual da cibersegurança e a participação do Estado na discussão. As fotos do evento estão disponíveis [aqui](#).

Entre outros, o evento contou com as falas de **Christian Tadeu**, presidente da Federação da Assespro; **Rodrigo Fragola**, presidente da Assespro/DF, diretor-adjunto de Segurança Cibernética da Federação da Assespro e membro do CNCiber; **Gerino Xavier**, diretor-adjunto de Articulação Política da Federação da Assespro; **Marcelo Malagutti**, secretário-executivo do CNCiber e assessor do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República; e **Gustavo Borges**, superintendente de Controle de Obrigações da ANATEL e membro do CNCiber.

A Federação Assespro foi ainda convidada pelo senador **Izalci** (PSDB-DF) para participar de audiência pública para tratar sobre o [PL 2338/2023](#), que trata sobre a regulamentação do desenvolvimento e uso de Inteligência Artificial no Brasil. O [requerimento](#) está pendente de aprovação pela Comissão Temporária de Inteligência Artificial do Senado Federal (CTIA).

Proteção de Dados

- **Relator é favorável ao Projeto que altera a composição do CNPD.** O senador **Rodrigo Cunha** (PODE-AL) apresentou [parecer favorável ao PL 2758/2021](#) (*Composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade*) na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), com uma [emenda que propõe a inclusão de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil \(OAB\)](#) no Conselho, sem reduzir o número de membros da sociedade civil. A matéria, que tem o objetivo de alterar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD ([Lei nº 13.709/2018](#)), [está pronta para ser debatida e votada na Comissão](#). Essa designação dos membros, de acordo com o relator, será feita através de regulamentação e os indicados [não poderão ser membros do Comitê Gestor da Internet no Brasil \(CGI.br\)](#), além de terem [mandato de 2 anos](#), com possibilidade de uma recondução. Após deliberação na CCDD, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovada, deverá ser encaminhada à Câmara dos Deputados – *salvo a apresentação de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.

Internet

- **Postes: Executivo publica decreto que dispõe sobre compartilhamento com setor de telecom.** Foi publicado, em 21 de junho, o [Decreto nº 2.068/2024](#), que [regulamenta licitações e prorrogações de concessões de energia elétrica para modernização do setor](#). A medida estabelece que as [concessionárias devem ceder espaço em postes de redes aéreas de distribuição para compartilhamento com o setor de telecomunicações](#), visando ampliar a eficiência do compartilhamento da infraestrutura da rede elétrica. A exploração comercial desse compartilhamento será regulada pelas Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel) e de Telecomunicações (Anatel). Além disso, o Decreto [determina prazos e condições para a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica](#), e prevê que as [concessões não prorrogadas poderão ser licitadas ou prorrogadas por mais 30 anos](#), desde que demonstrada a prestação de serviço adequado e a aceitação das condições de gestão econômico-financeira.
- **Pronto para pauta projeto que dispõe sobre a prestação de serviços de telecomunicações móveis.** A senadora **Daniella Ribeiro** (PSB/PR) apresentou novo [parecer](#) pela aprovação com as 7 emendas ao [PL 786/2023](#) (*prestação de serviços de telecomunicações móveis*) no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). A matéria está [pronta para inclusão na pauta da próxima reunião deliberativa da Comissão](#). Após a análise da CCDD, a matéria segue para a Câmara dos Deputados – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário do Senado Federal*.

Inteligência Artificial

- **Pacheco: Senado pode votar em julho regras para inteligência artificial.** O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), afirmou que o [PL 2338/2023](#) (*regula o uso da Inteligência Artificial no Brasil*), de sua autoria, poderá ser votado ainda neste mês. O relator da proposta, senador **Eduardo Gomes** (PL/TP), destacou que serão realizadas mais audiências públicas para debater o tema. Com informações de: [Agência Senado](#)
 - » Ainda, a Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado Federal divulgou a programação das audiências públicas para discutir o projeto. Atendendo solicitação do senador **Marcos Pontes** (PL/SP), serão realizadas 5 reuniões entre 1º e 12 de julho, abordando os seguintes temas: **(i)** avaliação de riscos em sistemas de IA; **(ii)** governança dos sistemas de IA; **(iii)** autorregulação e boas práticas; **(iv)** supervisão e fiscalização; e **(v)** fomento à inovação sustentável e atuação do setor público. Com a participação de diversos especialistas, as audiências são fundamentais para a elaboração de diretrizes e regulamentações na área da Inteligência Artificial no Brasil. Após as discussões, o substitutivo do senador Eduardo Gomes (PL/TO) será apreciado em uma reunião na semana seguinte, com a intenção de concluir a deliberação da matéria até 17 de julho, antes do recesso parlamentar.
- **Projeto sobre deepfakes é despendado da cadeia do projeto que regulamenta uso de IA no Brasil.** O Senado Federal acatou a solicitação do senador **Chico Rodrigues** (PSB/RR) de desapensamento do PL 146/2024 (deepfakes), de sua autoria, da cadeia de projetos do PL 2338/2023 (Uso da inteligência artificial). Com efeito, o PL 146/2024 será analisado agora pelas Comissões de Comunicação e Direito Digital (CCDD); e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ainda, foi aberto prazo para apresentação de emendas ao projeto – que deverá se estender até 4 de julho. Se aprovado, o projeto vai à Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado*.
- **Embratel abre centro de excelência para soluções de inteligência artificial.** Embratel anunciou o novo Centro de Excelência Operacional em Inteligência Artificial durante a Febraban Tech. O **CeO-IA** tem como objetivo ampliar o portfólio de soluções digitais baseadas em IA, contando com a colaboração de diferentes áreas internas e especialistas da empresa. Com foco no desenvolvimento de soluções como IA preditiva e IA generativa, o centro irá beneficiar inicialmente o setor financeiro, expandindo potencialmente para **varejo, indústria e agronegócio**. Com informações de: [Teletime](#)
- **Brasil é elogiado pelos países membros do G20 por iniciativas em medidas de integridade e inteligência artificial.** Durante a Segunda Reunião Técnica do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (GTAC), sediada em Paris, a presidência brasileira foi elogiada pelos países membros por suas iniciativas em **integridade, inteligência artificial e combate à corrupção**. O encontro promoveu discussões e aprofundamentos na elaboração de documentos e relatórios, com especialistas, grupos de engajamento e delegações do **G20** compartilhando experiências. Uma sessão conjunta com o **Grupo de Combate à Corrupção Transnacional** da **OCDE** abordou temas como sanção de casos de corrupção e a importância

de promover integridade nas empresas. O GTAC ressaltou a necessidade de ferramentas de sancionamento, mas também destacou a valorização das boas práticas das empresas na implementação de programas de integridade. Com informações de: [ASCOM CGU](#)

- **Ministério das Comunicações confirma participação na Cúpula Latinoamericana de Inteligência Artificial.** O ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, confirmou presença na Cúpula Latinoamericana de Inteligência Artificial, que ocorrerá nos dias **8 e 9 de agosto** em Cartagena, na Colômbia. O convite foi feito por **Mauricio Lizcano**, ministro de Tecnologias da Informação e Comunicações da Colômbia, ressaltando a importância do debate sobre inteligência artificial, tema em destaque no **G20**. A participação de Juscelino no evento reforça o avanço do Brasil nesse cenário tecnológico mundial. A cúpula, promovida pelo governo colombiano e com apoio da **CITEL/OEA**, reunirá especialistas para discutir o tema. Além disso, durante a ligação, foi mencionado o início em breve da operação da **Infovia 02**, em acordo firmado previamente para estender a infraestrutura de internet por fibra ótica do Brasil até a cidade colombiana de **Leticia**, na tríplice fronteira amazônica. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

Mídias Sociais

- **Ministro André Mendonça, do STF, pede cautela no combate às *fake news*.** Em palestra realizada na última segunda-feira (24) em São Paulo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e novo membro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), **André Mendonça**, pediu cautela no combate às *fake news* durante as eleições municipais deste ano. Mendonça alertou para o risco de ações precipitadas resultarem em censura de opiniões legítimas, defendendo equilíbrio e proporcionalidade na abordagem do tema. Para o ministro, é essencial educar a população sobre o problema das notícias falsas, em vez de restringir o direito à livre expressão. Indicado por Jair Bolsonaro, Mendonça se destaca como um dos membros do STF mais hesitantes em aplicar punições severas contra a desinformação, contrastando com visões mais rigorosas, como a do ministro **Alexandre de Moraes**. Na visão do novo integrante do TSE, a definição de verdade é complexa e subjetiva, exigindo cautela nas medidas adotadas para combater as *fake news*. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Governo Digital

- **Governo publica portaria sobre Projeto de Transformação Digital EstataisGov.** Foi publicada nesta semana a [Portaria Conjunta SGD-SEST/MGI 39/2024](#), que estabelece as competências para a implementação do Projeto de Transformação Digital EstataisGov, no contexto do Programa Startup Gov.br, com a avaliação dos benefícios e do interesse público gerados pelo projeto. Os órgãos responsáveis pelo projeto terão 30 dias após o encerramento para elaborar um relatório conjunto de execução de atividades, detalhando as ações realizadas e os objetivos alcançados.
- **Governo Federal lança Estratégia Nacional de Governo Digital e Rede Gov.br para promover avanços na tecnologia.** O Governo Federal publicou nesta semana o [Decreto nº](#)

[12.069/2024](#), que estabelece a criação da Rede Gov.br com o intuito de aprimorar a governança das políticas de governo digital, melhorar a qualidade dos serviços públicos e aumentar a eficiência dos processos nas organizações públicas. A estratégia, válida de 2024 a 2027, visa facilitar o acesso da população aos serviços públicos, estimulando a inclusão, eficácia, transparência e participação da sociedade. A estrutura de governança da Rede Gov.br será formada pela Secretaria de Governo Digital, por um órgão colegiado a ser estabelecido e pelos entes federativos que optarem por participar. A Secretaria de Governo Digital será responsável por promover o desenvolvimento e implementação das Infraestruturas Públicas Digitais (IPD), em parceria com órgãos federais, membros da Rede Gov.br, entidades federativas, sociedade civil, setor acadêmico e **setor privado**.

- **Governo Digital tem uma linha de crédito aos estados e municípios de até R\$ 8,2 bilhões ainda em 2024.** O Governo Federal anunciou, durante a Caravana Federativa do Piauí, em Teresina, a implantação da Estratégia Nacional de Governo Digital, com previsão de vigência até 2027. O presidente **Lula** e a ministra **Esther Dweck** (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) assinaram o [Decreto nº 12.069/2024](#) que estabelece o planejamento na área, destacando a parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) para oferecer uma linha de crédito no FINISA, com orçamento de até **R\$ 8,2 bilhões** em 2024. A iniciativa visa orientar as esferas federal, estadual e municipal na construção de suas próprias Estratégias de Governo Digital, com foco na ampliação e simplificação do acesso a serviços públicos. Os **princípios** da estratégia incluem a busca por um Estado mais inclusivo, eficaz, inteligente, transparente, participativo e sustentável. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Governo estabelece recomendações para alcance dos objetivos da Estratégia Nacional de Governo Digital.** Uma nova [portaria](#) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) estabeleceu recomendações para o alcance dos objetivos da **Estratégia Nacional de Governo Digital** para o período de **2024 a 2027**, com destaque para a qualificação da gestão e governança das políticas de governo digital e a promoção da colaboração entre os diferentes entes federativos. Dentre as recomendações estão a **diversificação de fontes de financiamento** para a transformação digital, a elaboração de estratégias alinhadas à **realidade territorial** e a implementação de **estruturas de governança** para monitoramento das políticas locais. Além disso, a portaria ressalta a importância de serviços públicos com **linguagem simplificada, acessibilidade e jornada personalizada**, investimento em canais digitais de atendimento e a integração dos serviços em diferentes plataformas. Com foco na **segurança da informação** e na **proteção de dados pessoais**, as recomendações também incluem a instituição de estruturas de governança e ações de sensibilização para agentes públicos.

PD&I

- **Governo anuncia Iniciativa de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto.** O [Decreto nº 12.081](#), publicado nesta sexta-feira (28) estabeleceu a criação da **Iniciativa Nacional de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto**, com o objetivo de unir esforços do setor público e privado para enfrentar desafios tecnológicos que necessitem de grandes investimentos em

pesquisa, desenvolvimento e inovação. A iniciativa visa promover a cooperação entre **instituições científicas e empresas**, fomentar **projetos sustentáveis** e impulsionar a **produção industrial de alto valor agregado**, além de desenvolver **polos tecnológicos**. O processo de implementação seguirá diversas etapas, como a identificação de políticas prioritárias, definição de desafios, seleção de projetos tecnológicos de alto impacto e acompanhamento das iniciativas. Os projetos devem ter um ciclo de investimento superior a três anos, seguindo critérios estabelecidos pelo **Conselho Nacional de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto**, a ser instituído por ato interministerial.

Economia & Tributário

- **Desoneração será votada antes de prazo do STF, diz Jaques Wagner.** O senador **Jaques Wagner** (PT/BA), líder do Governo no Senado, garantiu que o [Congresso irá votar o PL 493/2024](#) (*compensação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores e municípios*) antes do prazo estabelecido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Cristiano Zanin**, [expirar](#). O senador afirmou que assim que retornar ao Brasil, terá [conversas com o Ministério da Fazenda, Receita e Casa Civil](#) para finalizar o assunto, respeitando o prazo determinado pela suspensão da eficácia feita pelo ministro Zanin. A declaração foi dada durante o 12º Fórum de Lisboa. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Pacheco diz que Fazenda aceitou propostas do Senado para compensar desoneração da folha.** O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco**, revelou nesta terça-feira (25) que o Ministério da Fazenda **concordou** em considerar algumas das sugestões do Senado para financiar a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e de prefeituras pequenas e médias. Dentre as propostas mencionadas por Pacheco para compensar a renúncia fiscal da desoneração, estão a **repatriação de recursos no exterior**, a **atualização de ativos** no Imposto de Renda, um “**refis**” de multas de agências reguladoras e a taxação de importações de até US\$ 50. A medida visa impulsionar setores afetados pela crise econômica e fortalecer o mercado interno, seguindo as perspectivas de retomada da economia após os impactos da pandemia de Covid-19. A aceitação dessas propostas pelo Ministério da Fazenda demonstra a disposição do governo em dialogar com o Senado para encontrar soluções viáveis que beneficiem a economia do país. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)
- **Governo vai editar MP para fixar início da taxação das ‘blusinhas’ em 1º de agosto, diz Haddad.** O governo pretende editar uma nova medida provisória para estabelecer um prazo de cobrança da “taxa das blusinhas”, que consiste em ao menos 20% de Imposto de Importação sobre compras internacionais. O ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, explicou que a iniciativa se deve ao fato de o Congresso não ter definido um período para a aplicação dessa taxação no projeto original. A previsão é que a cobrança comece a valer a partir de 1º de agosto, afetando principalmente **produtos eletrônicos e brinquedos** asiáticos vendidos pelo e-commerce. Embora questionado sobre a arrecadação que o novo imposto poderá gerar, Haddad destacou que o objetivo não é aumentar a receita do governo, mas sim criar um **equilíbrio** no mercado de varejo. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **GTs da tributária querem apresentar relatórios a Lira em 3 de julho.** Os grupos de trabalho designados para avaliar os Projetos de Lei Complementar 68 e 108 de 2024, que regulamentam a Proposta de Emenda à Constituição da reforma tributária, devem entregar os **relatórios preliminares** ao presidente da Câmara, **Arthur Lira**, na próxima quarta-feira. De acordo com informações apuradas pelo Poder360, o deputado alagoano está revisando os textos antes de levá-los para análise em plenário, em um período de tempo bastante limitado. Lira havia prometido ao ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, que os projetos seriam votados **antes** do início do recesso legislativo, marcado para o dia **18 de julho**. Com isso, medidas importantes para a reforma tributária estão sendo agilizadas visando possíveis mudanças no sistema vigente no país. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Para dar certo, reforma tributária depende do cumprimento do prazo do split payment, dizem especialistas.** A implantação do sistema inédito de split payment na reforma tributária do Brasil é destaque na área de tecnologia. Diferente de outros países que possuem modelos similares, o sistema brasileiro será obrigatório a partir de 2027 com o **IVA Dual**. A eficiência na restituição dos créditos aos contribuintes é fundamental para garantir a **não cumulatividade** e evitar que o sistema seja considerado inconstitucional no país, segundo o professor de direito tributário da UFMG, **Alexandre Alkmim Teixeira**. A pesquisa realizada por Teixeira analisou o impacto do split payment no Brasil, ressaltando a importância de seu funcionamento adequado para evitar consequências graves. O estudo, intitulado “To Split or not to Split: o Split Payment como Mecanismo de Recolhimento de IVA e seus Potenciais Impactos no Brasil”, foi publicado na **Revista Direito Tributário Atual** e destaca a necessidade de eficiência do sistema para evitar problemas legais. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **GTRETRIB debate impacto da Reforma na empregabilidade.** O Grupo de Trabalho Regulamentação da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir os impactos da reforma tributária na empregabilidade do país, contando com a presença de diversos convidados, entre eles a Instituição Fiscal Independente (IFI) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Durante o debate, o IFI ressaltou que uma maior racionalidade no sistema tributário pode aumentar a formalização da força de trabalho, enquanto o DIEESE defendeu a necessidade da reforma não só em aumentar os postos de trabalho, mas também em melhorar sua qualidade. Destacou-se também a preocupação com a tributação do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o professor **Thiago Vieira** alertando que a reforma pode evar a tributação de 5,65% para 28%, dificultando o acesso às novas tecnologias e prejudicando a capacitação e empregabilidade, especialmente de cidadãos de baixa renda.
- **Grupo da reforma tributária conclui audiências com setores; saiba quais os próximos passos.** O Grupo da reforma tributária finalizou, nesta semana, audiências com setores e se prepara para elaboração do relatório, com objetivo de apresentá-lo até o dia 3. Nem todos os impasses devem ser resolvidos até lá. Durante as últimas reuniões, o GT aprofundou o debate técnico sobre as demandas dos setores, visando o aprimoramento legislativo e a clareza do texto. Após encontro com o secretário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF), **Bernard Appy**, os próximos passos incluem reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para definir os pontos principais a serem alterados no projeto.

- » Alterações que não afetarem a alíquota serão resolvidas internamente pelo grupo, enquanto aquelas com impacto na tributação serão levadas à decisão do colégio de líderes e presidentes de partidos. A discussão sobre o Imposto Seletivo, que busca desestimular o consumo prejudicial ao ambiente e à saúde, ainda não foi abordada, mas deputados defendem a imposição de limites à alíquota por meio do projeto de lei complementar. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Comissão aprova medidas para retomada da atividade de pequenas empresas afetadas por desastres.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados aprovou o [PLP 76/2024](#) (retomada da atividade de pequenas empresas afetadas por desastres), nos termos do parecer favorável, com substitutivo, apresentado pelo deputado **Jorge Goetten** (PL/SC). A matéria vai à Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE). Segundo a proposta, em caso de reconhecimento de calamidade pública pelo governo federal, os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte terão o **direito de permanecer no Simples Nacional no ano seguinte**, ter a **prorrogação de tributos** e abrir um prazo em 2025 para nova adesão ao Simples Nacional às **empresas excluídas** em 2024. Após análise da CINDRE, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **CAE aprova PL que flexibiliza regras de atuação das empresas simples de créditos.** A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou o [PLP 202/2021](#) (flexibiliza as regras das empresas simples de crédito), nos termos do parecer favorável, com substitutivo, do senador **Laércio Oliveira** (PP/SE). A matéria vai ao Plenário, tendo sido aberto prazo para oferecimento de emendas – o qual deverá se estender até 3 de julho. Caso aprovado, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados.

Trabalhista

- **Comissão realizará Audiência Pública para debater a obrigatoriedade das plataformas de entrega de fornecer assistência jurídica e psicológica aos entregadores.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados aprovou nesta semana requerimento da deputada **Ivoneide Caetano** (PT/BA) para realização de Audiência Pública para debater o [PL 606/2024](#) (determina que empresas ofereçam assistência gratuita a entregadores atacados por clientes). Dentre outros, foram sugeridas as participações de representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Movimento dos Trabalhadores sem Direito e da Federação Nacional dos Sindicatos de Motoristas de Aplicativos (Fenasmapp). A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.

Transportes

- **Repasse de 1,5% das receitas de portos a municípios próximos segue para a Câmara.** A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou o [PL 2631/2022](#)

(autoriza estados com portos a cobrarem taxa das concessionárias para compensar municípios afetados), nos termos do [parecer](#) favorável, com emenda, do senador **Oriovisto Guimarães** (PODE/PR). A matéria vai à Câmara dos Deputados – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado até 3 de julho*. Com informações de: [Agência Senado](#)

Administração Pública

- **Pronto para pauta projeto que obriga transparência na hospitalidade oferecida por agentes privados para participação de agentes públicos em eventos.** O deputado **Coronel Meira** (PL/PE) apresentou [parecer](#) favorável ao [PL 2857/2022](#) (*transparência na hospitalidade a agentes públicos para participação em eventos*) na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. Após análise da CASP, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **STF decide que Zanin será ministro substituto no TSE.** Em votação simbólica, o STF definiu que o ministro Cristiano Zanin ocupará o cargo de ministro substituto no TSE, fortalecendo a representação do PT no tribunal eleitoral para as eleições municipais de outubro. Conhecido por sua atuação na defesa do ex-presidente Lula nos processos da Lava-Jato, Zanin foi indicado para o STF por Lula no ano passado e agora terá a oportunidade de auxiliar nas decisões estratégicas relacionadas ao pleito eleitoral. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **TCU adia para 31 de julho discussão sobre mandato de Baigorri na Anatel.** A votação no TCU do processo sobre o mandato do presidente da Anatel, **Carlos Baigorri**, foi adiada mais uma vez, agora marcada para o dia **31 de julho**. O tema entrou em discussão durante a sessão plenária do Tribunal, nesta quarta-feira, 26, onde diferentes prazos foram sugeridos para retomar o debate. O relator do processo, **Walton Rodrigues**, afirmou que há diversas controvérsias em relação ao assunto, destacando a expectativa dos ocupantes dos cargos na extensão de seus mandatos e a complexidade da questão, que também envolve sensibilidade do Congresso Nacional. Com informações de: [Teletime](#)

Política

- **Com promessas, Lira ganha apoio do PL para fazer sucessor.** O presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP/AL), tem conquistado o apoio do PL para o seu candidato na sucessão, mediante promessa de pauta, verbas e cargos, de acordo com fontes próximas às negociações. As articulações feitas por Lira são vistas como um impulso decisivo pelos pré-candidatos, pois a benção do alagoano poderia significar uma largada favorável na disputa, com chances de atrair o apoio de uma bancada de 95 deputados. Além disso, Lira tem se comprometido a pautar projetos de interesse do ex-presidente **Jair Bolsonaro** e do grupo

conservador da Câmara, o que gera desgaste para o governo federal. A estratégia de Lira em garantir apoio político por meio de promessas e articulações é vista como uma jogada estratégica no cenário político atual, mostrando a influência e poder do presidente da Câmara nas negociações. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Nomeações

- **MDIC nomeia coordenador de Políticas de Inovação Produtiva.** O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) nomeou Cristiano de Santana Pereira como **coordenador de Políticas de Inovação Produtiva** da Coordenação-Geral de Inovação para Produtividade do Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério.
- **Transportes designa membros do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação.** O Ministério dos Transportes (MT) publicou a Portaria MT nº 586/ 2024, que designa os **membros** que farão parte do **Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação**. O objetivo desta medida é garantir a **eficiência e segurança dos processos digitais** no âmbito do ministério, visando aprimorar a gestão de informações e dados por meio de tecnologias inovadoras.
- **Publicadas alterações no quadro de membros do CNPD.** Nesta semana, por meio de decretos publicados no dia 25 de junho de 2024, foram divulgadas mudanças no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), com destaque para a presença de novos membros representantes da Sociedade Civil, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, Confederações Sindicais e Entidades do Setor Laboral. Dentre os reconduzidos, nomes como **Bruno Ricardo Bioni** e **Cláudio Simão de Lucena Neto** se destacam, enquanto entre os novos designados destacam-se **Ricardo Alexandre de Oliveira** e **Gabrielle Bezerra Sales Sarlet**.
- **ANPD anuncia comissão responsável por Plano Diretor de Logística Sustentável.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública instituiu através da Portaria MJSP nº 152 a criação de uma comissão responsável pela elaboração do **Plano Diretor de Logística Sustentável**, focando no âmbito da Agência Nacional de Proteção de Dados.
- **MPS anuncia Coordenador de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação.** O Ministério da Previdência Social (MPS) nomeou Daniel Moser Lopes como o novo Coordenador de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva, conforme Portaria MPS nº 1.991, de 20 de junho de 2024.
- **Defesa nomeia novo secretário de produtos de defesa.** Nesta semana, foi publicada a nomeação de **Heraldo Luiz Rodrigues** como secretário de Produtos de defesa no âmbito do Ministério da Defesa.

- **Governo anuncia novo quadro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável (CNDESS).** O Governo Federal anunciou, através de [decretos](#) emitidos em 25 de junho de 2024, mudanças no [Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável \(CNDESS\)](#), com destaque para a dispensa de diversos membros em virtude de renúncia, dentre eles **Alcione de Albanesi**, **Ludhmila Abrahão Hajjar** e **Vera Lúcia Santana Araújo**. Além disso, **Liel Marcio Cintra Miranda** e **Eduardo Calderari** também foram dispensados de seus cargos. Por outro lado, foram designados novos membros com mandato válido até **3 de maio de 2025**, incluindo nomes como **Altair de Jesus Vilar Guimarães**, **Celso Niskier** e **Rodolfo Fücher**. O Governo ainda declarou a extinção dos mandatos de **Abilio dos Santos Diniz**, **Ennio Candotti** e **Nalu de Faria Da Silva** devido ao falecimento dos mesmos. As alterações no CNDESS buscam fortalecer o órgão para enfrentar os desafios atuais no âmbito do desenvolvimento econômico e sustentável, em um contexto de avanços tecnológicos e mudanças no cenário global.
- **Ministério da Justiça publica designação de Gestor de Segurança da Informação da ANPD.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública designou **Hermógenes Ramos Batista Correia** como Gestor de Segurança da Informação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme a [Portaria MJSP nº 153/2024](#).

Agendas de Destaque

- A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação), juntamente com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) apresentaram em Porto Alegre-RS as [linhas de crédito emergencial no valor de R\\$ 1,6 bilhão destinadas às empresas inovadoras do estado](#). Essa ação visa [auxiliar na recuperação da região](#) que foi afetada por enchentes recentemente. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
 - » O **SIRENE Organizacionais**, plataforma desenvolvida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em parceria com especialistas, foi apresentado durante um painel em São Paulo, destacando o [papel do mercado de carbono na transformação da indústria e a contribuição da infraestrutura digital para a eficiência dos mercados](#). **Renata Grisoli**, coordenadora técnica da Quinta Comunicação Nacional e Relatórios Bienais de Transparência do Brasil à Convenção do Clima, detalhou o processo de criação da plataforma, iniciado em 2018 no âmbito do CTIBC. Os ciclos de desenvolvimento definiram o escopo do projeto, considerando experiências nacionais no relato de emissões, modelos de relato e a solução tecnológica para receber os relatos voluntários das organizações. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **André Mendonça** [tomou posse como ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\)](#), órgão responsável pela organização das eleições em cerimônia discreta realizada nesta terça-feira (25). Mendonça já atuava no tribunal desde 2022, mas como ministro substituto. Com a saída de **Alexandre de Moraes**, Mendonça ocupou uma das 3 cadeiras destinadas a membros do STF. A cerimônia de posse foi breve e não incluiu discursos, seguindo a praxe do tribunal. Agora, o TSE é composto pela presidente **Cármem Lúcia**, pelo vice-presidente **Nunes Marques**, e pelos ministros **Raul Araújo** e **Maria Isabel Galotti** do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), além de **Floriano de Azevedo Marques**

e **André Ramos Tavares**, ambos da advocacia. O órgão tem 7 ministros no total, com representantes do STF, STJ e advogados indicados pelo presidente da República. O destaque da posse de Mendonça é sua atuação no âmbito da tecnologia durante o processo eleitoral, trazendo expertise e novas perspectivas para o TSE. Com informações de: [Agência Brasil](#)